

IMPACTOS DA PANDEMIA FORAM ATENUADOS, MAS DEIXAM ENORMES DESAFIOS PARA O FUTURO

À custa de um déficit público monumental, medidas do governo ajudaram a sustentar o emprego e a renda, porém não evitaram que o mercado de trabalho passasse por seus piores momentos da história e adiaram o encontro com a dura realidade.

A pandemia atingiu em cheio o mercado de trabalho brasileiro em 2020. A perda de 12 milhões de empregos entre março e agosto fez a população ocupada cair para o menor nível já observado, afetando principalmente o mercado informal. Por conta das restrições de atividades, do distanciamento social e dos auxílios do governo, um grande contingente deixou a força de trabalho, segurando a taxa de desemprego. Mesmo assim, o número de pessoas à procura de emprego bateu recorde em setembro (14,1 milhões), assim como a taxa de desemprego (14,6%). No mercado formal, a geração de empregos teve o pior e o melhor mês da história em um curto intervalo de tempo: -943 mil em abril e +395 mil em outubro. Em quatro meses de criação de vagas (julho a outubro: +1,1 milhão) foram recuperados 68% dos postos perdidos nos quatro meses anteriores (março a junho: -1,6 milhão). As medidas do governo foram fundamentais para esse desfecho, tanto as contidas na MP 936, por evitarem desligamentos, quanto o Auxílio Emergencial, que impulsionou a rápida retomada. Essas medidas também sustentaram a renda das famílias: os auxílios mais do que compensaram a perda de renda do trabalho, fazendo a massa total de renda crescer.

Cenário parecido foi visto no Rio Grande do Sul, com forte queda na ocupação e saída em massa de pessoas da força de trabalho, mas sem evitar que a taxa de desemprego (10,3%) e o número de desempregados (574 mil) atingissem níveis recordes no terceiro trimestre. No mercado formal, a diferença foi na intensidade da recuperação: apenas 38% dos empregos perdidos entre março e junho (-135 mil) foram recuperados de julho a outubro (+51 mil). Quanto à renda, por ter uma economia mais formalizada e uma quarentena mais prolongada, a perda na massa de renda do trabalho (-7,5%) foi maior que a do Brasil (-6,7%), inclusive com retração no rendimento médio mensal (-1,5%), o que não ocorreu no Brasil (+0,4%).

O Brasil deve chegar ao final de 2020 com nível de desemprego médio anual de 13,9%, dada nossa expectativa de aumento da taxa na passagem do terceiro (14,6%) para o quarto trimestre (15,6%). Para 2021, nossas projeções indicam que a taxa de desemprego continuará elevada em função da volta das pessoas à força de trabalho, seja por necessidade devido ao fim do Auxílio Emergencial, da percepção da melhora da economia ou pela redução das medidas restritivas de combate à pandemia. O pico da taxa de desemprego deve ocorrer no primeiro trimestre (17,0%), com média anual em 16,5% e, no final do ano, de 15,8%. A geração de empregos formais, que apresenta perda de 378 mil no acumulado em 12 meses até outubro, deve terminar 2020 com 142 mil postos fechados. Em 2021, esperamos a criação de 717 mil empregos.

Para o desemprego do Rio Grande do Sul no final de 2020, considerando a média em quatro trimestres, projetamos uma elevação dos atuais 8,8% para 9,8%, com a taxa saindo de 10,3% no terceiro trimestre para 11,0% no quarto. Em 2021, nossa expectativa é de alta, com a taxa de desemprego média anual de 11,6% e, no último trimestre, de 11,2%. Quanto aos empregos formais, a perspectiva é de corte de 35,4 mil em 2020, uma melhora frente ao acumulado em 12 meses até outubro (-54,2 mil). Em 2021, esperamos a criação de 56,2 mil empregos no Estado, sendo 16,4 mil na Indústria.

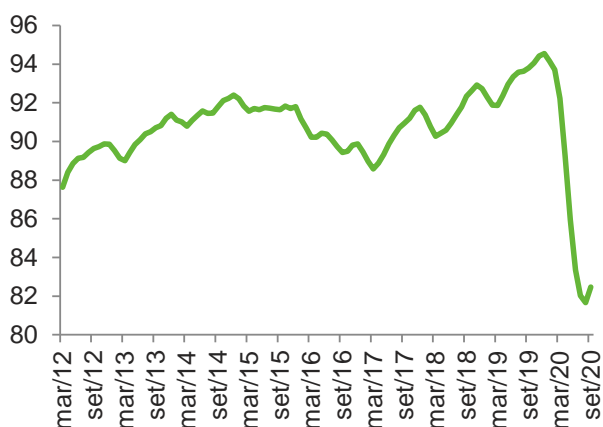
Um tombo histórico, mas pouco refletido na taxa de desemprego

No último trimestre de 2019, o número de brasileiros ocupados atingiu 94,6 milhões, o maior valor já registrado desde o início da série histórica da PNAD Contínua/IBGE em 2012. Nos dois meses seguintes, janeiro e fevereiro, os resultados também foram bons: mesmo com a queda no número de ocupados – o que é normal ocorrer nos inícios de ano –, a média em quatro trimestres continuou subindo, passando de 93,4 milhões no trimestre encerrado em dezembro para 93,7 milhões nos três meses até fevereiro.

A partir de março, a pandemia trouxe consigo, além do problema de saúde, as medidas de distanciamento social, restrições ao funcionamento de atividades e incerteza generalizada. Até o trimestre encerrado em agosto, o número de ocupados caiu continuamente, chegando ao nível de 81,7 milhões, conforme o Gráfico 4.1, uma queda de 12,9% frente a fevereiro e atingindo o menor patamar já observado. Um sinal positivo apareceu nos últimos dados divulgados: nos três meses até setembro, o número de ocupados cresceu pela primeira vez desde o início da pandemia.

A perda de empregos foi mais severa para os trabalhadores informais que, em geral, dependem diretamente da circulação de pessoas: dos 12,0 milhões de ocupados a menos entre fevereiro e agosto, 7,0 milhões eram trabalhadores informais (perda de 17,4%) e 5,0 milhões eram formais (perda de 9,4%). O Gráfico 4.2 ajuda a ilustrar essa situação através da contribuição de cada setor (formal x informal) para a variação interanual da população ocupada. Interessante notar nesse gráfico que, após a predominância dos empregos informais na recuperação da crise no biênio 2017-2018, ao longo de 2019 os empregos formais começavam a ganhar mais espaço. A pandemia interrompeu esse processo.

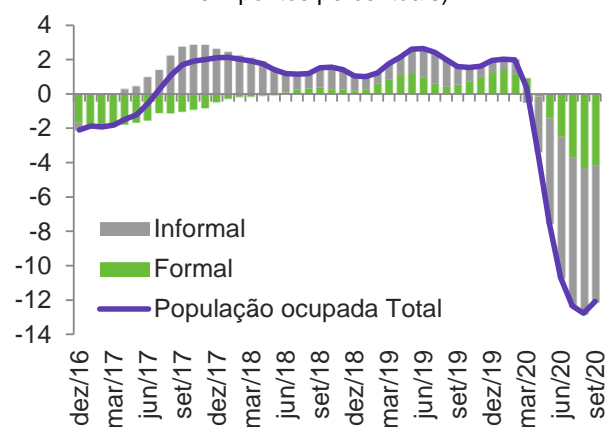
Gráfico 4.1. População ocupada – BR
(Em milhões de pessoas)



Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: FIERGS/UEE.
OBS: No eixo horizontal está indicado o mês final do trimestre.

Gráfico 4.2. Variação da população ocupada por setor formal x informal – BR

(Variação % interanual da PO e contribuição de cada setor em pontos percentuais)



Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: FIERGS/UEE.
OBS: No eixo horizontal está indicado o mês final do trimestre.

Os reflexos também apareceram na taxa de desemprego, que interrompeu sua trajetória de queda iniciada em 2017. Após encerrar 2019 em 11,0% e se elevar marginalmente para 11,6% em fevereiro, seguindo movimento sazonal, a taxa subiu para 14,6% da força de trabalho no trimestre encerrado em setembro e deve fechar o ano em 15,6%, segundo nossas projeções contidas no Gráfico 4.3. Já a média em quatro trimestres, que encerrou 2019 em 11,9% e caiu para 11,7% nos três meses até fevereiro, subiu para 12,8% no trimestre até setembro e deve encerrar 2020 em 13,4%, conforme esperamos (Gráfico 4.4).

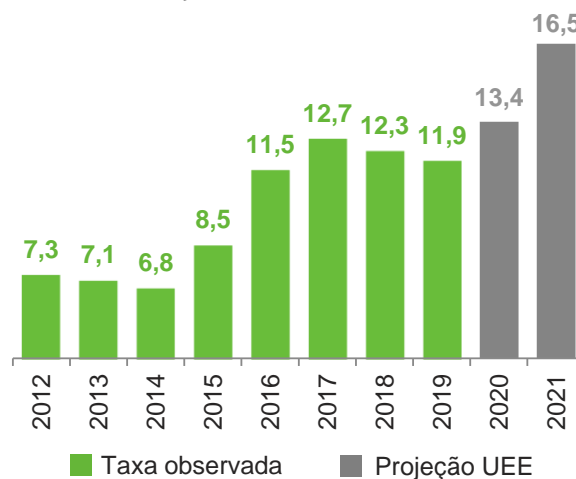
Gráfico 4.3. Taxa de desemprego – BR
(Em % da força de trabalho – Taxa trimestral)



Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: FIERGS/UEE.

OBS: 1) Os pontos verdes em destaque referem-se ao 4º trimestre de cada ano, os cinzas são as projeções para o 4º trimestre de 2020 e 2021, e o ponto preto é a taxa no 3º trimestre de 2020 (último valor observado). 2) No eixo horizontal está indicado o mês final do trimestre.

Gráfico 4.4. Taxa média de desemprego – BR
(Em % da força de trabalho – Taxa média anual)



Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: FIERGS/UEE.

OBS: 1) A média em quatro trimestres até o 3º trimestre de 2020 foi de 12,8%. 2) No eixo horizontal está indicado o mês final do trimestre.

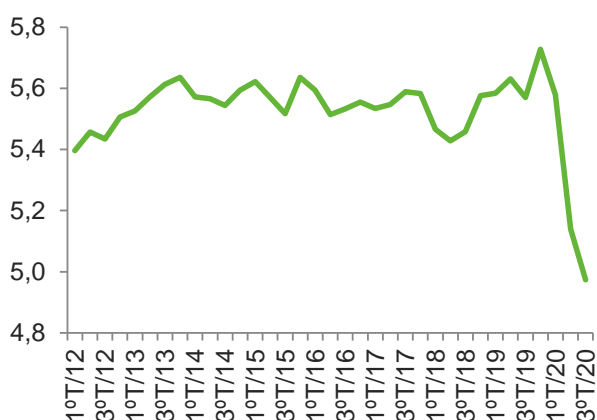
Contudo, levando em conta a queda expressiva na ocupação, é natural esperar que houvesse uma resposta de igual magnitude na taxa de desemprego, mas o aumento não se deu na mesma intensidade. O motivo para isso é que muitas pessoas não procuraram emprego imediatamente, seja pelas restrições impostas pela pandemia, pela falta de perspectiva de conseguir uma vaga (desalento) ou por serem beneficiadas pelo Auxílio Emergencial. O número de desempregados, por exemplo, sofreu incremento de apenas 1,7 milhão de pessoas entre fevereiro e setembro (+14,2%, atingindo 14,1 milhões de pessoas), um baixo índice em relação as 11,2 milhões que perderam o emprego nesse período.

Portanto, muitos indivíduos deixaram o mercado de trabalho. Fazendo um exercício simples e considerando um evento extremo, caso as 11,2 milhões de pessoas que perderam o emprego procurassem de imediato uma nova colocação, ou seja, contassem como desempregadas, a taxa de desemprego seria de 22,2% no trimestre até setembro.

Entre as pessoas fora da força de trabalho, há um grupo que afirma que gostaria de trabalhar, mas não tomou atitude para procurar emprego, logo não contam como desempregados. A chamada força de trabalho potencial passou de um contingente de 8,0 milhões no trimestre até fevereiro para 13,6 milhões nos três meses até agosto, um crescimento de 70,5%, caindo um pouco para 12,9 milhões em setembro. Relativamente à população fora da força de trabalho, a parcela da força de trabalho potencial que era de 12,1% antes da pandemia subiu para 17,1% em agosto e caiu para 16,4% no último dado.

No momento em que essas pessoas voltarem a procurar emprego – seja por necessidade devido ao fim do Auxílio Emergencial, da percepção da melhora da economia ou pela redução das medidas restritivas de combate à pandemia – espera-se que boa parte delas não consiga uma colocação de imediato e se classifique como desempregadas. Portanto, há grande chance de elevação na taxa de desemprego para os próximos meses e esse movimento deve se estender para 2021. Por esse motivo, nossa expectativa é de uma taxa média de desemprego de 16,5% em 2021, conforme exposto no Gráfico 4.4, com um pico de 17,0% no primeiro trimestre e finalizando o ano em 15,8%.

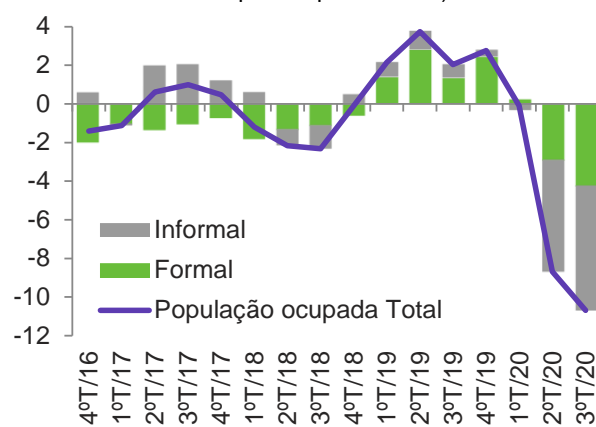
Gráfico 4.5. População ocupada – RS
(Em milhões de pessoas)



Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: FIERGS/UEE.

Gráfico 4.6. Variação da população ocupada por setor formal x informal – RS

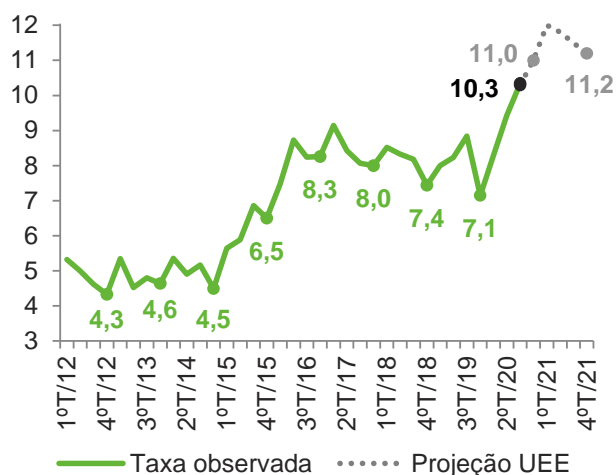
(Variação % interanual da PO e contribuição de cada setor em pontos percentuais)



Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: FIERGS/UEE.

Assim como ocorreu no Brasil, o Rio Grande do Sul também apresentou uma queda expressiva da ocupação por conta da pandemia e um aumento menor que o esperado na desocupação. O número de ocupados no terceiro trimestre de 2020 foi de 5,0 milhões, uma queda de 13,2% em relação ao final de 2019 (-754 mil). Os empregos informais também foram os mais afetados, com 415 mil empregos perdidos (-20,2%), ao passo que os formais tiveram perda de 340 mil (-9,3%). No entanto, por ter uma economia mais formalizada, a contribuição dos empregos formais para a taxa de queda foi maior que a verificada no Brasil (39,5% no RS contra 34,1% no Brasil).

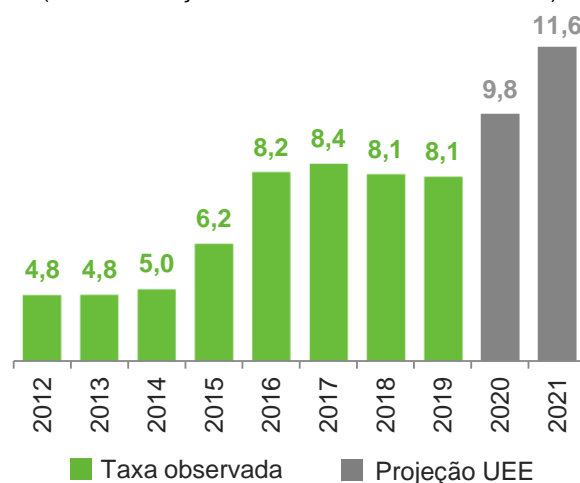
Gráfico 4.7. Taxa de desemprego – RS
(Em % da força de trabalho – Taxa trimestral)



Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: FIERGS/UEE.
OBS: Os pontos verdes em destaque referem-se ao 4º trimestre de cada ano, os cinzas são as projeções para o 4º trimestre de 2020 e 2021, e o ponto preto é a taxa no 3º trimestre de 2020.

Gráfico 4.8. Taxa média de desemprego – Brasil

(Em % da força de trabalho – Taxa média anual)



Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: FIERGS/UEE.
OBS: A média em quatro trimestres até o 3º trimestre de 2020 foi de 8,8%.

Quanto aos desocupados, houve aumento de 133 mil pessoas (+30,2%, para 574 mil pessoas). Isso significa que 721 mil indivíduos deixaram a força de trabalho, fazendo o número de pessoas fora da força de trabalho aumentar para 4,1 milhões (+21,3%), dos quais 9,5% afirmam

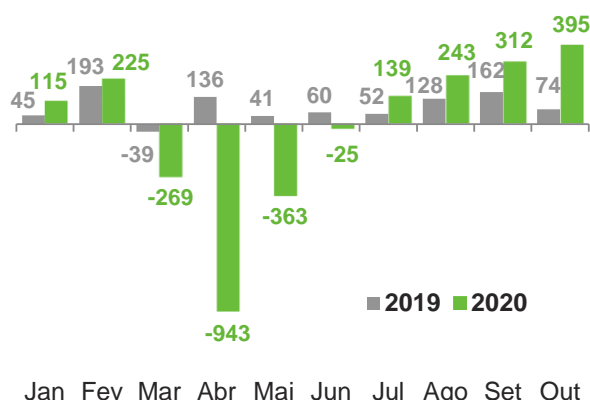
que gostariam de trabalhar (força de trabalho potencial). No final de 2019, essa parcela era de apenas 6,2%.

As consequências desses movimentos apareceram na taxa de desemprego, que estava praticamente inalterada desde 2016. Para o final de 2020, considerando a média em quatro trimestres, projetamos uma elevação dos atuais 8,8% no terceiro trimestre para 9,8%, com a taxa saindo de 10,3% para 11,0% no quarto trimestre. Em 2021, nossa expectativa é de que a taxa continue alta pelos mesmos motivos expostos para o Brasil, com a taxa de desemprego média anual de 11,6% e no último trimestre de 11,2%.

Medidas do governo não evitaram o pior momento da história para o emprego formal

O ano de 2020 começou com bons resultados na geração de empregos do Brasil. Segundo os dados do Novo CAGED, divulgados pelo Ministério da Economia, foram criados 114,7 mil empregos em janeiro e 225,4 mil em fevereiro, saldos superiores aos verificados em 2019, conforme mostra o Gráfico 4.9.

Gráfico 4.9. Geração mensal de empregos formais em 2019 e 2020 – BR
(Saldo líquido em mil vagas)



Fonte: ME/CAGED e Novo CAGED. Elaboração: FIERGS/UEE.
OBS: Dados ajustados com as declarações fora do prazo.

Tabela 4.1. Geração de empregos formais por setores – BR
(Saldo líquido em mil vagas)

	Acum.			
	2019	12 meses até out/20	2020*	2021*
Agropecuária	13,0	39,7	39,7	11,9
Indústria	97,2	40,6	98,5	132,1
Transformação	13,2	-44,1	2,5	65,4
Construção	70,7	80,7	90,0	55,6
Extrativa e SIUP**	13,3	4,0	6,0	11,1
Serviços	533,8	-458,1	-280,0	572,5
Total da economia	644,1	-377,9	-141,8	716,5

Fonte: ME/CAGED e Novo CAGED. Elaboração: FIERGS/UEE.
* Previsão FIERGS/UEE. ** Serviços Industriais de Utilidade Pública.
OBS: Dados ajustados com as declarações fora do prazo.

A partir de março, as restrições de atividades e a falta de perspectivas, além de certa demora do governo em anunciar medidas para as empresas lidarem com seus empregados, tiveram como consequência quatro meses de intenso fechamento de vagas. O quadrimestre de março a junho foi o pior da história para o emprego com carteira assinada do Brasil. Foram destruídas 268,7 mil vagas em março, 942,8 mil vagas em abril (o pior mês já registrado, mesmo considerando os meses de dezembro, que sempre são muito negativos), 363,4 mil vagas em maio e 25,3 mil vagas em junho, com total de 1,6 milhão de empregos fechados no período. Em julho, o saldo de empregos voltou a ficar positivo (+139,2 mil) e, com a surpreendente e rápida retomada da economia, a geração de vagas acelerou nos meses seguintes: agosto (+243,2 mil), setembro (+311,6 mil) e outubro (+395,0 mil, o melhor mês de toda a série histórica, com início em 1992). Portanto, 1,1 milhão de vagas foram criadas em quatro meses, recuperando 68% dos empregos perdidos entre março e junho.

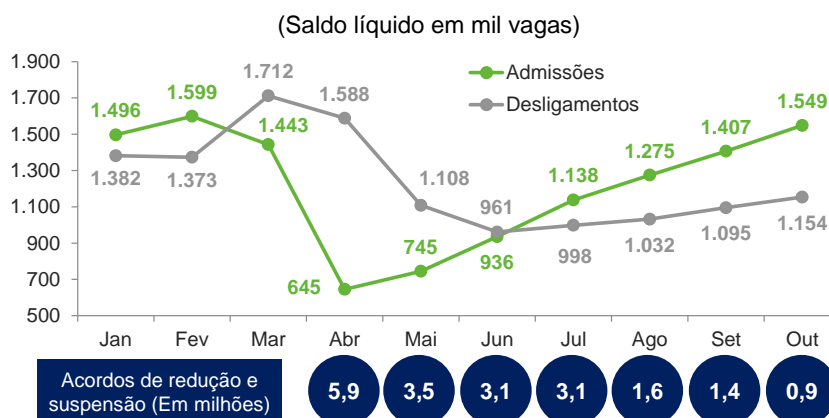
Assim sendo, no acumulado em 12 meses até outubro a economia brasileira apresentou saldo negativo de 377,9 mil vagas. Entre os setores de atividade, ao contrário da crise de 2014-2016 que atingiu em cheio a Indústria – do total de 2,8 milhões de vagas fechadas entre 2015 e 2017, 2,0 milhões foram no setor industrial –, a pandemia afetou mais o setor de Serviços. Nos 12 meses até outubro, o setor terciário fechou 458,1 mil vagas, com as principais perdas vindas de Alojamento e alimentação (-301,4 mil), Comércio (-104,0 mil) e Educação (-106,0 mil). Na Indústria (+40,6 mil), mesmo com as fortes perdas nos meses agudos de pandemia, o saldo ficou positivo por conta do bom desempenho da Construção (+80,7 mil). Na Transformação, subsetor que concentra a maioria dos empregos industriais, ainda há perda de 44,1 mil vagas, com destaques negativos nos segmentos de Vestuário (-57,3 mil), Couro e calçados (-34,6 mil) e Veículos (-21,3 mil), e positivos de Alimentos (+29,5 mil), Materiais elétricos (+10,4 mil) e Químicos (+8,6 mil). Por fim, a Agropecuária, com bom desempenho no centro do País e menos prejudicada pelas restrições impostas pela pandemia, gerou 39,7 mil empregos.

Para o restante de 2020, esperamos que os recentes bons resultados continuem, em linha com a continuidade da recuperação da crise. Nossa previsão para o fechamento do ano é de uma perda de 141,8 mil empregos, com a Indústria (+98,5 mil) e Agropecuária (+39,7 mil) gerando vagas e os Serviços ainda no negativo (-280,0 mil), conforme a Tabela 4.1.

Para melhor entender as movimentações do emprego com carteira assinada em 2020 é imprescindível considerar os efeitos da Medida Provisória nº 936/2020 (MP 936), posteriormente convertida na Lei 14.020/2020. Editada em 1º de abril, a medida permitiu que empresas e empregados fechassem acordos para suspensão temporária do contrato de trabalho e/ou redução da jornada com ajuste proporcional no salário. Nos dois casos, o governo cobriu uma parte da perda de renda com o chamado Benefício Emergencial. Cabe também mencionar que o trabalhador afetado dispôs de estabilidade provisória pelo tempo equivalente da redução e/ou suspensão. Por exemplo, uma suspensão de dois meses concedia estabilidade de dois meses após o retorno ao trabalho.

O primeiro ponto a considerar é que a medida demorou cerca de duas semanas para ser apresentada, após o início da quarentena e conseqüente pânico que tomou conta do País. Com seus estabelecimentos fechados e sem ter uma saída para lidar com seus empregados, muitas empresas optaram pelo desligamento dos funcionários em março, conforme mostra o Gráfico 4.10.

Gráfico 4.10. Admissões, desligamentos e acordos para redução de jornada e suspensão de contratos de trabalho – BR



Fonte: ME/Novo CAGED e Painel BEm. Elaboração: FIERGS/UEE.
OBS: Dados ajustados com as declarações enviadas fora do prazo.

Em abril, foram celebrados 5,9 milhões de acordos no âmbito da MP 936, sendo 3,4 milhões para suspensão do contrato de trabalho. Mesmo com as medidas sendo extensamente utilizadas, a queda de demanda e incerteza profunda provocaram, por um lado, mais um mês com muitos desligamentos e, por outro lado, uma queda brutal no número de admissões. O resultado foi o saldo negativo recorde já mencionado acima, que poderia ter sido ainda pior.

A partir de maio, os efeitos da MP 936 começaram a aparecer com mais clareza, como pode ser visto pela queda expressiva nos desligamentos, que seguem em níveis ainda inferiores ao período pré-pandemia. Aliado a isso, a retomada gradual das atividades produtivas teve consequência no aumento paulatino das admissões, culminando em saldos positivos a partir de julho. Portanto, as medidas contidas na MP 936 foram fundamentais para que as quedas do emprego formal não fossem ainda piores nos meses mais agudos de pandemia. Além disso, contribuíram para os resultados positivos nos meses seguintes por conta da queda nos desligamentos. O número de acordos celebrados ajuda a dimensionar sua importância: do início de abril até a terceira semana de novembro foram celebrados 19,7 milhões de acordos, envolvendo 9,8 milhões de trabalhadores, o que representa cerca de 25% dos 39 milhões de empregos com carteira assinada que o Brasil possuía antes da pandemia.

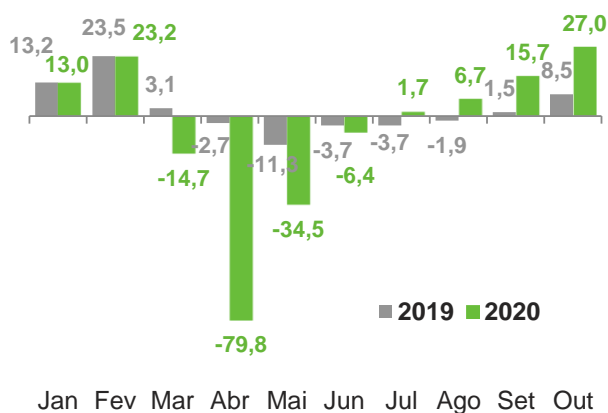
Se, por um lado, as medidas foram importantes para os resultados de 2020, por outro lado, são mais um elemento a trazer incerteza para o comportamento do emprego em 2021. A dúvida é saber como as empresas irão reagir com o fim do programa em dezembro, bem como do período de estabilidade dos empregados. Após a rápida retomada da fase aguda da crise, muito em função da demanda reprimida e auxílios federais, caso a economia apresente dificuldades para crescer, a geração de empregos pode ficar prejudicada. Outro ponto a ser considerado é que o setor de Serviços, que concentra mais de 75% dos empregos do país, ainda deve operar com restrições no próximo ano. Soma-se a isso a retirada do Auxílio Emergencial para informais e desempregados, com reflexo direto na demanda por bens e serviços, e a normalização das cadeias produtivas de insumos, com potencial impacto de arrefecimento na produção das indústrias.

Em sentido contrário, há fatores que podem fazer a geração de empregos surpreender positivamente, como a continuidade de recuperação do consumo das famílias devido ao aumento da poupança nos meses de isolamento – em especial da classe média –, bem como um crescimento acima do esperado no setor de Serviços. Por fim, vale destacar a mudança na forma de captação dos dados do CAGED a partir de janeiro de 2020 (envio através do E-Social pelas empresas), aumentando sua cobertura, segundo o Ministério da Economia. Os impactos da mudança de metodologia ainda são difíceis de dimensionar, mas os resultados da RAIS de 2019, já captados pelo E-Social para boa parte das empresas, trazem um indício: enquanto o antigo CAGED apontou geração de 644 mil empregos, a RAIS registrou criação de 1,2 milhão de postos de trabalho regidos pela CLT.

Levando em conta todos esses fatores, nossa expectativa é de uma geração de 716,5 mil vagas de emprego em 2021. O setor de Serviços deve liderar com criação de 572,5 mil vagas e a Indústria gerar 132,1 mil empregos.

No Rio Grande do Sul, os resultados foram semelhantes aos observados no Brasil, exceto pela menor velocidade de recuperação: começou o ano com saldos positivos (jan-fev = +36,2 mil), quatro meses de queda (mar-jun = -135,4 mil) e saldos cada vez melhores a partir de julho (jul-out: +51,1 mil), conforme o Gráfico 4.11. Portanto, em quatro meses, 38% dos empregos foram recuperados, índice inferior ao verificado no Brasil (68%). Um dos motivos para isso foi o maior tempo com restrições severas no RS. A quarentena em solo gaúcho começou junto com o restante do Brasil em março, mas a fase aguda de infecções e mortes demorou mais para chegar por aqui.

Gráfico 4.11. Geração mensal de empregos formais em 2019 e 2020 – RS
(Saldo líquido em mil vagas)



Fonte: ME/CAGED e Novo CAGED. Elaboração: FIERGS/UEE.
OBS: Dados ajustados com as declarações fora do prazo.

Tabela 4.2. Geração de empregos formais por setores – RS
(Saldo líquido em mil vagas)

	Acum.			
	2019	12 meses até out/20	2020*	2021*
Agropecuária	-0,1	-0,4	-0,4	1,2
Indústria	-5,5	-11,6	-1,0	16,4
Transformação	-1,5	-10,7	-2,5	11,1
Construção	-4,0	-0,8	1,8	4,4
Extrativa e SIUP**	0,0	-0,1	-0,3	0,9
Serviços	26,0	-42,2	-34,0	38,6
Total da economia	20,4	-54,2	-35,4	56,2

Fonte: ME/CAGED e Novo CAGED. Elaboração: FIERGS/UEE.
* Previsão FIERGS/UEE.
** Serviços Industriais de Utilidade Pública.
OBS: Dados ajustados com as declarações fora do prazo.

No acumulado em 12 meses até outubro, a economia gaúcha fechou 54,2 mil postos de trabalho, com todos os setores ainda no campo negativo. Entre os três grandes setores de atividade, a maior perda ocorreu nos Serviços (-42,2 mil) e a menor na Agropecuária (-418). Na Indústria (-11,6 mil), a Transformação (-10,7 mil) responde por praticamente todo o saldo negativo, puxada principalmente pelos cortes de vagas no setor de Couro e calçados (-15,2 mil), bem como de Veículos (-2,8 mil) e Vestuário (-1,8 mil). Por outro lado, os melhores desempenhos vieram de Alimentos (+5,1 mil), Máquinas e equipamentos (+1,4 mil) e Produtos de metal (+1,3 mil).

Esperamos que os dois meses finais de 2020 também apresentem bons resultados, fazendo o acumulado em 12 meses chegar a dezembro com saldo de 35,4 mil vagas fechadas, conforme a Tabela 4.2. Já para 2021, a expectativa é de uma geração de 56,2 mil postos de trabalho, sendo 38,6 mil nos Serviços e 16,4 mil na Indústria.

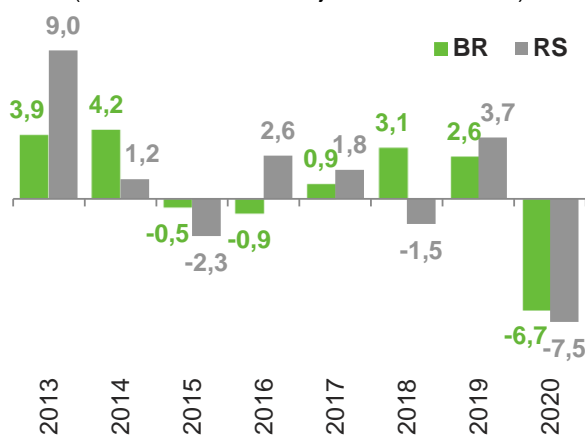
Governo entrou pesado para sustentar a renda

A vasta perda de empregos, combinada com a utilização massiva de acordos para suspensão de contrato de trabalho e a redução de jornada e salário (MP 936), derrubou a renda advinda do trabalho no Brasil. No acumulado de janeiro a setembro de 2020, a massa real de renda, considerando todos os trabalhos, foi de R\$ 622,3 bilhões, uma queda de 6,7% em relação ao mesmo período de 2019. Conforme ilustra o Gráfico 4.12, a perda na última grande crise (2014-2016) foi irrisória quando comparada ao que ocorreu na pandemia.

Contudo, por conta da perda de empregos ter atingido as ocupações informais com maior intensidade, a renda média dos ocupados apresentou crescimento: entre janeiro e setembro de 2020, o rendimento médio mensal de todos os trabalhos, já descontados os efeitos da inflação, foi de R\$ 2.463, uma alta de 0,4% frente ao mesmo período do ano passado (Gráfico 4.13). Já no Rio Grande do Sul, por conta de sua economia mais formalizada e uma quarentena mais longa, o tombo na massa real de renda foi mais intenso que o verificado no Brasil (-7,5%), inclusive com queda na renda média real mensal (-1,5%).

Gráfico 4.12. Massa real de renda de todos os trabalhos – BR e RS

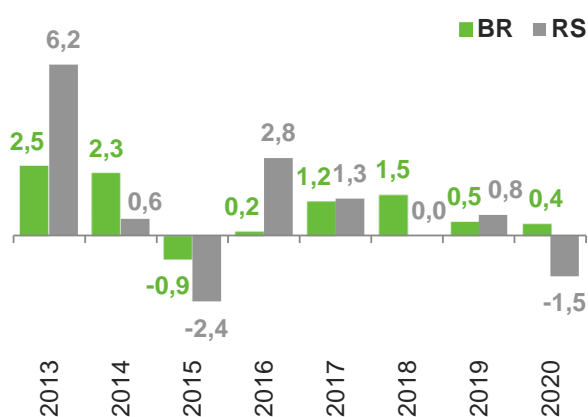
(Var. % anual – Acum. janeiro a setembro)



Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: FIERGS/UEE.

Gráfico 4.13. Renda média real mensal de todos os trabalhos – BR e RS

(Var. % anual – Média janeiro a setembro)



Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: FIERGS/UEE.

Diante desse quadro, o governo federal agiu com medidas amplas para compensar as perdas. No mercado formal, as pessoas que tiveram o contrato suspenso ou redução de jornada/salário receberam o Benefício Emergencial. Trabalhadores que recebiam um salário mínimo (R\$ 1.045) não tiveram perda de renda e para aqueles que recebiam até dois salários mínimos (R\$ 2.090) – 58% do mercado celetista brasileiro –, a reposição ficou acima de 80% em praticamente todas as combinações de acordos¹.

Já no caso da população mais vulnerável, o Auxílio Emergencial serviu como suporte a trabalhadores informais e Micro Empreendedores Individuais (MEIs), além de beneficiar desempregados e dar um aumento considerável de renda para os participantes do Bolsa Família. O programa pagou cinco parcelas de R\$ 600 entre abril e agosto e parcelas adicionais de R\$ 300 serão pagas até dezembro, sendo que mulheres chefes de família recebem os valores em dobro. O benefício foi concedido a 67,8 milhões de pessoas e mais do que compensou a perda de renda do trabalho para grande parte das famílias. De fato, ao se adicionar os valores das cinco parcelas cheias do Auxílio Emergencial pagas entre abril e agosto à Massa Salarial Ampliada (Renda do trabalho + Benefícios Sociais + Benefícios Previdenciários + Rendimentos Financeiros)², percebe-se um crescimento de renda total dos brasileiros de 7,3% no acumulado de janeiro a agosto de 2020 em relação ao mesmo período de 2019, o equivalente a R\$ 180 bilhões a mais. Sem o auxílio, haveria queda de 2,0% com perda de R\$ 50 bilhões. Com isso, os impactos foram significativos, inclusive, na redução da pobreza: segundo estudo da FGV Social, o Auxílio Emergencial reduziu a pobreza do País em mais de 23%.

Portanto, os programas do governo, principalmente o Auxílio Emergencial, mais do que compensaram a queda na massa total de renda provocada pela pandemia. Esse é o principal motivo para a rápida e surpreendente recuperação da economia após o fundo do poço atingido em abril. É importante mencionar que as medidas tiveram um elevado custo fiscal, deixando um fardo pesado a ser carregado a partir de 2021.

A renda do trabalho deve crescer em 2021 em linha com a melhora da ocupação, mas os auxílios serão retirados ou reduzidos drasticamente, o que deve fazer a massa total de

¹ A exceção foi o seguinte arranjo: suspensão de contrato de trabalho com uma empresa que teve Receita Bruta Anual inferior a R\$ 4,8 milhões em 2019 e sem ajuda compensatória, onde a reposição salarial foi de 73%.

² O Banco Central do Brasil calcula e disponibiliza a série de Massa Salarial Ampliada. Para mais detalhes ver: <https://www3.bcb.gov.br/sgspub/consultarmetadados/consultarMetadadosSeries.do?method=consultarMetadadosSeriesInternet&hdOidSerieSelecionada=22078>

rendimentos cair. Já em janeiro de 2021, segundo a situação de momento, empresas não poderão mais suspender contratos ou reduzir jornada. O Auxílio Emergencial também será extinto e o governo não definiu se algum programa vai substituí-lo. Há uma grande dúvida de como a economia vai reagir a essa nova realidade.

A situação econômica deve ficar cada vez mais próxima ao pré-pandemia, o que diminui a necessidade de auxílios por parte do governo, ainda mais se as perspectivas de vacinação para boa parte da população para o primeiro semestre de 2021 se confirmarem. O auxílio temporário serviu para ajudar as pessoas no momento excepcional, mas a pobreza não se resolve com programa temporário. Não há espaço fiscal para isso.

Um ponto positivo é que, com a normalização das atividades, a poupança acumulada na pandemia deve dar sustento ao consumo, principalmente da classe média. Viagens e eventos que não ocorreram em 2020, podem voltar com força em 2021. A atividade econômica caiu muito mais do que a renda da população na pandemia. Essa poupança deve ajudar a contrabalancear os impactos na demanda agregada pela retirada dos auxílios.

Por fim, a pandemia também fez muitas empresas investirem na automação de processos e digitalização, ou seja, demandam menos empregados. Isso já vinha ocorrendo e a pandemia só antecipou o que demoraria mais tempo para ocorrer. Portanto, para muitas pessoas, não será fácil conseguir uma colocação. Muitas seguem desempregadas desde a grande crise de 2014-2016 e sabemos que quanto mais tempo longe do mercado de trabalho, mais difícil uma recolocação. A alternativa será o mercado informal, fazendo algum bico por conta-própria. Desse modo, a tendência é observarmos novamente o crescimento do mercado informal, como ocorreu na recuperação da crise entre 2017 e 2018, processo que começava a ser revertido em 2019.

Tabela 4.3. Perspectivas – Brasil

Geração de postos formais de trabalho – Em mil vínculos			
	2019	2020*	2021*
Agropecuária	13,0	39,7	11,9
Indústria	97,2	98,5	132,1
Transformação	13,2	2,5	65,4
Construção	70,7	90,0	55,6
Extrativa e SIUP**	13,3	6,0	11,1
Serviços	533,8	-280,0	572,5
Total da economia	644,1	-141,8	716,5
Taxa de desemprego – Em %			
Fim do ano	11,0	15,6	15,8
Média do ano	11,9	13,9	16,5

Fonte: ME/CAGED e Novo CAGED. IBGE/PNAD Contínua. * Previsão FIERGS/UEE. ** Serviços Industriais de Utilidade Pública.

Tabela 4.4. Perspectivas – Rio Grande do Sul
Geração de postos formais de trabalho – Em mil vínculos

	2019	2020*	2021*
Agropecuária	-0,1	-0,4	1,2
Indústria	-5,5	-1,0	16,4
Transformação	-1,5	-2,5	11,1
Construção	-4,0	1,8	4,4
Extrativa e SIUP**	0,0	-0,3	0,9
Serviços	26,0	-34,0	38,6
Total da economia	20,4	-35,4	56,2
Taxa de desemprego – Em %			
Fim do ano	7,1	11,0	11,2
Média do ano	8,1	9,8	11,6

Fonte: ME/CAGED e Novo CAGED. IBGE/PNAD Contínua. * Previsão FIERGS/UEE. ** Serviços Industriais de Utilidade Pública.